

Lisboa menos capaz de pagar dívidas

NUM CONTEXTO AUTÁRQUICO de falta de liquidez generalizada, é a capital do país que apresenta menor capacidade de fazer face às dívidas. Recurso ao endividamento junto da banca continua elevado.

Rita Tavares
rtavares@economicasgpps.com

Lisboa é o município do país que apresentou, em 2005, menor capacidade para fazer face às dívidas de curto prazo ou de gestão corrente. A situação é extensível à quase totalidade das autarquias portuguesas, cujo montante de falta de liquidez global ascendia aos 980 milhões de euros, no final de 2005.

De acordo com o "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2005" (que será apresentado hoje), este valor é um "dado demonstrativo da crise que atravessa o sector da administração local". Neste ponto, Almada é o exemplo positivo, já que "desfruta de maior capacidade de liquidez".

Para além deste dado, o estudo dá ainda conta da dificuldade da grande maio-

Municípios continuam com dificuldade em refrear endividamento. Apenas 63 não recorreram a empréstimos bancários.

ria dos municípios em controlar o recurso a empréstimos junto da banca. Em 2005, "constata-se que apenas 63 municípios não recorreram a empréstimos bancários" - no ano anterior o mesmo relatório mostrava que eram 33 os municípios nesta situação. Isto, numa altura em que os municípios ainda não tinham o peso da nova Lei das Finanças Locais, mais restritiva no limite ao endi-

vidamento e que está em vigor desde o início deste ano.

Em 2005, as dívidas totais dos 307 municípios analisados (falta a Ribeira Brava, que não disponibilizou a informação pedida) ascendiam aos 6,593 milhões de euros, "sendo 4,021,6 milhões o correspondente à dívida à banca". Metade do total da despesa verificada nestes mesmos municípios corresponde a gastos com

pessoal e com aquisições de bens e serviços.

Elevada continua também a dependência das autarquias em relação ao Estado. O estudo que hoje será apresentado (e que tem o patrocínio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e do Tribunal de Contas), mostra que no autarquias, apresentaram uma dependência superior a 80% das receitas provenientes das transferências do Estado. ■